



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

- 1.1. A presente contratação visa garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, **no que concerne a** sistemas de direção e rodagem (alinhamento, balanceamento e cambagem) dos 128 veículos leves, utilitários, vans e ambulâncias.
- 1.2. A necessidade é **peremptória** e de **prioridade alta**, visto que o contrato vigente que ampara estes serviços expira em 03 de dezembro de 2025.
- 1.3. Faz-se necessário ponderar que a interrupção deste serviço **obsta** a execução do plano de manutenção de fim de ano da frota, período em que os veículos são preparados para o ano subsequente. O desfecho de uma falha na contratação é a paralisação de veículos essenciais.
- 1.4. Portanto, a contratação é indubitavelmente necessária para
 - 1.4.1. Garantir a segurança,
 - 1.4.2. Assegurar a estabilidade e dirigibilidade dos veículos,
 - 1.4.3. Evitar a onerosidade causada pelo desgaste prematuro de pneus e componentes de suspensão.
 - 1.4.4. Assegurar a plena disponibilidade da frota.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021) V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

- 2.1. No que concerne a este ETP, faz-se premente aferir as soluções viáveis para suprir a necessidade de manutenção de geometria e balanceamento da frota. A priori, o levantamento elucida duas alternativas principais:
- 2.2. Solução 1: Execução Direta (Internalização dos Serviços).
- 2.3. Solução 2: Execução Indireta (Contratação de Empresa Especializada).
- 2.4. A seguir, ponderamos sobre a viabilidade técnica e econômica de cada solução.

Solução 1: Execução Direta (Internalização)



- 2.5. Esta solução consistiria na aquisição, pela Administração, dos equipamentos e ferramentas necessários, e na utilização de sua mão de obra própria para a execução dos serviços.
- 2.6. Análise Técnica e Econômica da Internalização:
- 2.7. Esta alternativa indubitavelmente apresenta desafios preponderantes que obstem sua implementação:
- 2.8. A Administração teria que arcar com o custo de aquisição de todos os equipamentos (Alinhadora a Laser, Rampa, Balanceadora, Elevador auxiliar, Compressor) e do ferramental. Conforme estimativa prévia, este valor alcança a cifra de R\$ 68.390,00, configurando um investimento inicial de alta onerosidade apenas para os itens básicos.
- 2.9. Mas o principal impedimento consiste no quadro atual de mecânicos do município composto por apenas dois (2) servidores efetivos e um (1) ajudante.
- 2.10. Um dos mecânicos atua, na maior parte do tempo, como fiscal de contratos, gerenciando e aferindo os serviços já prestados por outras empresas terceirizadas. Sua função é, portanto, de gestão e controle, não de execução.
- 2.11. O outro mecânico e seu ajudante atêm-se aos reparos de menor complexidade (pequenos reparos, manutenções emergenciais e trocas de óleo), atuando como "triage" da frota.
- 2.12. Sendo assim, não bastaria apenas comprar os equipamentos. Seria necessário avocar uma reestruturação completa, que implicaria:
- 2.13. Contratação de Mão de Obra Extra: Abertura de concurso público para, no mínimo, um (1) "Borracheiro/Alinhador" especializado.
- 2.14. Qualificação Técnica: O alinhamento é um serviço de precisão. A Administração teria que custear treinamentos específicos e contínuos para a qualificação da mão de obra, visando o correto uso dos equipamentos.
- 2.15. Em suma, a internalização se mostra técnica e economicamente inviável, pois a atual estrutura de pessoal não comporta a absorção do serviço, e os custos de estruturação (equipamentos + pessoal + treinamento) superam em muito o valor estimado da contratação anual.

Solução 2: Execução Indireta (Contratação de Empresa)

- 2.16. Esta solução consiste na contratação de empresa especializada, por meio de Pregão Eletrônico, que já possua toda a estrutura de equipamentos e mão de obra qualificada para a prestação imediata dos serviços.
- 2.17. Análise da Execução Indireta:
- 2.18. O custo de imobilização é zero para o Município.
- 2.19. Disponibilidade Imediata: A empresa contratada já possui o know-how, o ferramental e o pessoal treinado, estando apta a subsidiar a demanda municipal imediatamente após a assinatura do contrato.



- 2.20. A contratação coaduna-se com a estrutura atual. O mecânico-fiscal pode ater-se à sua função de fiscalizar este novo contrato, e a equipe de mecânica pode prescindir de se preocupar com esta demanda, focando nos pequenos reparos.
- 2.21. Em virtude de ser um contrato de prestação de serviços, o Município pagará apenas pelos serviços efetivamente executados (320 alinhamentos, 1.024 balanceamentos, etc.), não arcando com custos fixos de ociosidade, salários de pessoal extra ou manutenção de equipamentos que seriam de sua propriedade.

Justificativa da Solução Escolhida

- 2.22. Diante do exposto, conclui-se que a Solução 2 (Execução Indireta) é a única que atende plenamente ao Interesse Público.
- 2.23. A alternativa de execução direta (Solução 1) acarretaria onerosidade excessiva e imediata (aquisição de ativos), além de ser tecnicamente inexecutável diante da atual estrutura de pessoal. Portanto, ratifica-se a opção pela contratação de empresa especializada, por ser a medida que melhor concilia a economicidade com a eficiência administrativa.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

- 3.1. A Lei nº 14.133/2021 preza pelo parcelamento do objeto como regra, visando ampliar a competitividade. Todavia, no que concerne a este escopo específico, o parcelamento—ou seja, cindir a licitação em itens ou lotes separados que poderiam ser vencidos por empresas distintas—é tecnicamente desaconselhável e logisticamente ineficiente.
- 3.2. Portanto, justifica-se o Agrupamento em Lote Único dos três serviços (Alinhamento, Balanceamento e Cambagem) pelas seguintes razões peremptórias:
- 3.3. Vínculo Técnico Indissociável: Os serviços formam uma unidade técnica. Aferir o "Alinhamento" envolve a verificação dos ângulos de "Cambagem". A correção da Cambagem não é um serviço autônomo; ela é, ipso facto, uma etapa *integrante* e, por vezes, *anterior* ao ajuste final do Alinhamento. É tecnicamente inviável prescindir da verificação de todos os ângulos para garantir uma geometria correta.
- 3.4. Onerosidade Logística e Ineficiência: Se a Administração optasse por cindir os serviços (ex: Empresa A vence Balanceamento; Empresa B vence Alinhamento), o gestor da frota enfrentaria um grave gargalo operacional. Sendo assim, cada veículo necessitaria de duas paradas em oficinas distintas, ou de duas Ordens de Serviço separadas, duplicando o tempo de paralisação do veículo—um risco preponderante, mormente no caso das ambulâncias—e aumentando os custos de deslocamento.
- 3.5. Dificuldade de Fiscalização e Garantia: O agrupamento corrobora a executoriedade da garantia. Se os serviços fossem prestados por empresas distintas e um veículo apresentasse desgaste irregular de pneus, a Administração enfrentaria incerteza e dificuldade em aferir a responsabilidade: o defeito foi inadvertidamente causado pelo balanceamento incorreto (Empresa A) ou pelo alinhamento deficiente (Empresa B)? O Lote Único exime a Administração desta disputa, centralizando a responsabilidade e facilitando a fiscalização.
- 3.6. Em suma, o agrupamento dos três serviços em um único lote é a solução que melhor atende ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF), garantindo a integridade técnica do serviço e mitigando os custos operacionais de logística e fiscalização.



4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

- 4.1. Conforme elucidado no Documento de Formalização de Demanda (DFD), o escopo da frota que será objeto desta licitação atém-se a 128 veículos (114 veículos leves/utilitários e 14 vans/ambulâncias).
- 4.2. As estimativas de quantidade foram sendo assim, calculadas com base nesta frota, na frequência mínima de manutenção e ponderando uma margem de segurança para serviços corretivos inopinados, necessários para subsidiar a manutenção da frota.
- 4.3. Abaixo, segue o detalhamento da estimativa e a respectiva "Memória de Cálculo" que a corrobora:

Item	Descrição do Serviço	Unid.	Quantidade Estimada
1	Alinhamento (Geometria a Laser)	UN	320
2	Balanceamento (por Roda, inclui contrapesos)	UN	1.024
3	Cambagem (Correção de eixo/lado)	UN	25

Memória de Cálculo e Justificativa dos Quantitativos

- 4.4. Item 1: Alinhamento (Geometria) – 320 Unidades A base de cálculo para este serviço seria de 256 unidades (128 veículos x 2 manutenções preventivas/ano). Todavia, esta estimativa a-priori não contempla os serviços corretivos. Faz-se premente ponderar que o alinhamento é peremptório sempre que ocorre a substituição de componentes da suspensão (pivôs, terminais) ou após impactos severos, comuns no uso da frota. Sendo assim, a estimativa de 320 unidades coaduna-se com o histórico de demanda, representando uma margem técnica de 25% (64 serviços) para essas demandas corretivas, eximindo a Administração da necessidade de aditivos contratuais.
- 4.5. Item 2: Balanceamento (por Roda) – 1.024 Unidades O cálculo deste item é preponderante e direto. O serviço é aferido por roda e, no mínimo, acompanha as duas manutenções preventivas anuais de alinhamento.
- 4.6. Cálculo: (128 veículos x 4 rodas) x 2 serviços/ano = 1.024 unidades.
- 4.7. Item 3: Cambagem (Correção) – 25 Unidades Diferentemente dos itens anteriores, a cambagem não é um serviço preventivo, mas sim corretivo. Sua execução só é necessária quando o equipamento de alinhamento aferir um desvio nos ângulos de



Caster/Camber. Estima-se que 7,8% dos alinhamentos necessitarão desta correção especializada.

- 4.8. Cálculo: 320 alinhamentos (Item 1) x 7,8% (índice de correção) = 25 unidades.

Análise de Interdependência e Economia de Escala

- 4.9. As quantidades dos três itens são intrinsecamente interdependentes, conforme já elucidado na justificativa de agrupamento (Seção 3) deste ETP. A "Economia de Escala" não é obtida ao cindir os itens, mas sim ao licitá-los em volume total.
- 4.10. Outrossim, esta contratação considera a interdependência com outras licitações: o escopo foi cindido para ater-se apenas à frota leve, visto que os serviços para caminhões e ônibus já estão contemplados em outro certame (licitação de recapagem), eximindo o município do risco de sobreposição de objetos.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

- 5.1. A estimativa do valor da contratação foi aferida por meio de pesquisa de preços de mercado, substanciada em orçamentos e valores médios praticados na região, ponderando a realidade local (predominância de equipamentos a laser), conforme elucidado nas etapas anteriores deste estudo.
- 5.2. Ipso facto, os preços referenciais a-priori eximem-se de valores promocionais (inexequíveis para a constância de um contrato) e de valores de tecnologia superior (3D), que não refletem a realidade do escopo pretendido.

Preços Unitários Referenciais e Memória de Cálculo

- 5.3. A tabela abaixo evidencia os quantitativos definidos na Seção 4 e os preços unitários referenciais que subsidiam o valor total estimado da licitação.

Item	Descrição do Serviço	Quant. Estimada	Preço Unit. Ref. (R\$)	Valor Total Est. (R\$)
1	Alinhamento (Geometria a Laser)	320	R\$ 90,00	R\$ 28.800,00
2	Balanceamento (por Roda, inclui contrapesos)	1.024	R\$ 35,00	R\$ 35.840,00
3	Cambagem (Correção de eixo/lado)	25	R\$ 150,00	R\$ 3.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO:				R\$ 68.390,00

**5.4. Valor Total Estimado: Sessenta e oito mil, trezentos e noventa reais****5.5. Justificativa dos Preços Referenciais:**

- 5.6. Item 1: O valor de R\$ 90,00 aplica-se ao serviço de geometria a laser, refletindo o custo médio regional para esta tecnologia.
- 5.7. Item 2: O valor de R\$ 35,00 por roda indubitavelmente contempla o fornecimento dos contrapesos (chumbos/adesivos) pela contratada.
- 5.8. Item 3: O valor de R\$ 150,00 justifica-se por ser um serviço corretivo de natureza mais complexa, aferido apenas quando o alinhamento evidenciar a necessidade do ajuste.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

- 6.1. anexo.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

- 7.1. Conforme ponderado na análise comparativa (Seção 2), a solução que harmoniza-se com os princípios da eficiência e da economicidade é a Execução Indireta da demanda.
- 7.2. Sendo assim, a solução integral consiste na contratação de empresa especializada, via Pregão Eletrônico (Menor Preço), para a prestação dos serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem. O escopo desta solução prescinde de qualquer investimento em ativos (equipamentos) ou alocação de pessoal por parte da Administração.
- 7.3. A empresa contratada deverá indubitavelmente fornecer toda a estrutura necessária à perfeita execução, o que inclui:
- 7.4. Instalações Físicas: Oficina própria, compatível com o recebimento de veículos leves, utilitários, vans e ambulâncias.
- 7.5. Equipamentos Mínimos: Disponibilidade de rampa de alinhamento (a laser ou superior), balanceadora de rodas computadorizada, elevadores e todo o ferramental acessório.
- 7.6. Mão de Obra: Pessoal tecnicamente qualificado para a operação dos equipamentos e execução dos ajustes.
- 7.7. Insumos: Fornecimento de todos os materiais de consumo, mormente os contrapesos (chumbos/adesivos) necessários ao balanceamento.
- 7.8. O modelo de execução atém-se ao pagamento sob demanda, aferido conforme os preços unitários sagrados vencedores no certame, para os três (3) itens licitados (Alinhamento, Balanceamento e Cambagem), que serão agrupados em Lote Único, conforme justificativa preponderante da Seção 3 deste ETP.



- 7.9. A logística de execução prevê que o Município será responsável por encaminhar os veículos de sua frota (128 unidades) ao estabelecimento da contratada para a execução dos serviços.

Exigências de Manutenção e Assistência Técnica (Garantia)

- 7.10. No que tange às exigências de manutenção e assistência técnica, conclui-se que estas se aplicam ao ato de prestação do serviço, na forma de Garantia de Qualidade.
- 7.11. A contratada deverá ratificar, por meio de declaração, a responsabilidade total pela qualidade dos serviços prestados, eximindo o Município de custos adicionais por falhas de execução.
- 7.12. A empresa será responsável por eventuais vícios ocultos (ou redibitórios), obrigando-se a refazer, sem qualquer ônus adicional à Administração, os serviços que apresentarem imperfeições ou que, inadvertidamente, resultarem em desgaste irregular de pneus ou componentes de suspensão, desde que aferida a falha técnica na execução original do serviço.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

INSTALAÇÃO DE ESTABELECIMENTO/OFICINA

- (x) SIM
() NÃO

- 8.1. Considera-se preponderante e imprescindível para a adequada executoriedade dos serviços contratados que o fornecedor possua, ou venha a instalar, um estabelecimento operacional (oficina) contendo a estrutura técnica e administrativa necessária, no município de Dois Vizinhos - PR, pelas seguintes razões peremptórias:
- 8.1.1. O escopo do contrato abrange 128 veículos da frota municipal. A exigência de um estabelecimento local obsta a necessidade de deslocar os veículos para outros municípios, o que geraria onerosidade excessiva e aumentaria o risco de acidentes no trânsito.
- 8.1.2. A logística de deslocamento para cidades vizinhas indubitavelmente aumentaria o tempo de paralisação de cada veículo. Para veículos de serviços essenciais, como o transporte de pacientes, faz-se premente mitigar ao máximo o tempo ocioso, garantindo a continuidade do Interesse Público.
- 8.1.3. Conforme elucidado na Seção 2 deste ETP, a estrutura municipal atém-se a um único mecânico dedicado à fiscalização dos contratos terceirizados. A presença da oficina no município é preponderante para que este servidor possa, in loco, aferir e ratificar a qualidade dos serviços prestados, eximindo a Administração de dificuldades na gestão contratual.

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento



das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa da Qualificação Técnica

- 9.1. A parcela de maior relevância deste escopo é a própria prestação do serviço, que exige discernimento técnico, equipamentos de precisão e garantia de qualidade. Sendo assim, as exigências de qualificação técnica são peremptórias para:
- 9.2. Exigência de Estabelecimento (Oficina) no Município: Conforme elucidado na Seção 7 deste ETP, a exigência de estabelecimento in loco é preponderante. Esta condição visa mitigar o tempo ocioso da frota evitando deslocamentos intermunicipais e viabilizar a fiscalização contratual in loco pelo servidor designado.
- 9.3. Exigência de Atestado de Capacidade Técnica: A solicitação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, compatível com o objeto, é fundamental para aferir a idoneidade e a experiência prévia da licitante. Esta exigência corrobora a segurança da Administração, eximindo-a do risco de contratar uma empresa que, inadvertidamente, possa causar danos aos veículos por imperícia. Ipso facto, um serviço de geometria mal executado gera onerosidade excessiva (desgaste de pneus) ao erário.
- 9.4. Exigência de Estrutura Mínima: Será exigida declaração de que a empresa possui os equipamentos mínimos (alinhadora, balanceadora, elevador), conforme elucidado na Seção 2. Prescindir desta estrutura invalida a própria natureza do serviço.

Justificativa da Qualificação Econômico-Financeira

- 9.5. No que tange à Justificativa da Qualificação Econômico-Financeira, pondera-se que as exigências foram estabelecidas em estrita conformidade com o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, objetivando assegurar a segurança jurídica e a efetiva execução do objeto.
- 9.6. Nesse contexto, faz-se necessária a apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios, bem como a comprovação da boa saúde financeira da licitante mediante a aferição de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um).
- 9.7. Tal exigência é preponderante para ratificar a capacidade da empresa em suportar os custos operacionais da execução, haja vista que o pagamento ocorre sob regime de competência, ou seja, somente após a efetiva prestação e o ateste dos serviços.
- 9.8. Desta forma, a verificação desses índices visa mitigar riscos de insolvência que poderiam, inadvertidamente, obstar a continuidade dos serviços ou ensejar a inexecução contratual. Assim, a medida evita onerosidade excessiva ao erário e harmoniza-se com o dever de cautela da Administração no trato da coisa pública.

Justificativa dos Critérios de Julgamento

- 9.9. O Ato Convocatório preconizará o critério de julgamento por Menor Preço, conforme o modo de disputa Aberto.



- 9.10. Não se aplica o julgamento por "melhor técnica" ou "técnica e preço", pois o objeto é indubitavelmente um serviço comum, cujos padrões de desempenho são objetivamente definidos pelo mercado. A qualidade é aferida pelas especificações técnicas do Termo de Referência, e não por pontuação técnica.

Justificativa da admissão à Participação de Consórcio

- 9.11. A participação de empresas em consórcio harmoniza-se com os princípios da isonomia, da competitividade e da busca pela proposta mais vantajosa, pilares que norteiam a licitação.
- 9.12. A Administração reconhece que, nos termos da Constituição Federal (Art. 37, XXI), somente se deve permitir exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- 9.13. A decisão de permitir o consórcio visa promover o máximo de competitividade e garantir o acesso ao certame por parte de um maior número de interessados, respeitando-se o princípio da ampliação da disputa. A restrição à participação de consórcios só é legítima quando demonstrada a sua necessidade (risco de fraude, prejuízo à execução, etc.), o que não se verifica no presente caso.
- 9.14. A permissão da participação de consórcios contribui para a eficiência e a economicidade do processo, permitindo que empresas complementem suas capacidades (técnica, operacional ou financeira) e, assim, aumentem a probabilidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Quanto ao Simples Nacional:

- 9.15. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?
- 9.16. Sim (x)
- 9.17. Justificativa:
- 9.17.1. O fator determinante que impede uma ME/EPP de se beneficiar do Simples Nacional em licitações é a prestação de serviços que configurem cessão ou locação de mão de obra.
- 9.17.2. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, se a empresa realizar cessão ou locação de mão de obra, ela não poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional.
- 9.17.3. A caracterização de cessão ou locação de mão de obra é definida, para fins fiscais, como a colocação de trabalhadores à disposição da contratante, em suas dependências ou de terceiros, para realizar serviços contínuos.
- 9.17.4. Como o serviço é prestado sem dedicação exclusiva de mão de obra e nas dependências da contratada, ele não se enquadra na definição fiscal de "cessão ou locação de mão de obra". Portanto, a vedação do Art. 17, inciso XII, da LC nº 123/2006 não se aplica.
- 9.17.5. Visto que o serviço de alinhamento e balanceamento não configura cessão de mão de obra, a ME/EPP vencedora poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



Análise do Enquadramento no Regime do Simples Nacional

- 9.18. No que concerne à análise tributária, cumpre elucidar que a Lei Complementar nº 123/2006 veda o ingresso no Simples Nacional apenas de empresas que realizem cessão ou locação de mão de obra (Art. 17, inciso XII).
- 9.19. No que tange aos serviços de manutenção de veículos, infere-se que a execução não configura a referida cessão de mão de obra, fundamentando-se nas seguintes razões fáticas e jurídicas:
- 9.19.1. O serviço é executado integralmente nas dependências da contratada, e não na repartição pública;
 - 9.19.2. A Administração remunera o produto do serviço e não a disponibilidade horária do profissional;
 - 9.19.3. O profissional mecânico mantém vínculo de subordinação hierárquica exclusivo com a oficina contratada, não respondendo a ordens diretas da fiscalização municipal.
- 9.20. Visto que a atividade não incorre na vedação do Art. 17, conclui-se que as oficinas mecânicas e prestadores de serviços de alinhamento são tributados com base no Anexo III da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.21. O fundamento legal que ratifica a permissão para que essas empresas optem pelo Simples Nacional encontra-se na leitura conjunta dos dispositivos legais, uma vez que a atividade é expressamente autorizada pelo Art. 18, § 5º-F da referida Lei, dispositivo que abrange especificamente os serviços de instalação, reparos e manutenção em geral.

Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas poderão participar?

- 9.22. Sim (x)
- 9.23. Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

- 9.24. O objeto desta licitação – serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem – possui características de serviço técnico especializado que, embora não necessariamente de grande vulto, exige qualificação específica e controle rigoroso, serviços cruciais para a segurança, estabilidade e vida útil dos veículos.
- 9.25. Trata-se de uma obrigação de fazer que exige conhecimento técnico e operacional o que justifica a execução integral pela contratada principal.
- 9.26. A subcontratação, neste cenário, acarretaria o risco de diluir a responsabilidade e permitir que terceiros, com qualificação técnica e aparelhamento não verificados previamente pela Administração, executem partes essenciais do serviço.
- 9.27. Como o serviço é de natureza técnica, a vedação da subcontratação garante que a habilidade da contratada principal na execução técnica não seja comprometida por terceiros não avaliados, mitigando os riscos de falhas que poderiam levar a sérios prejuízos operacionais e de segurança.
- 9.28. A vedação, assegura que a responsabilidade e as sanções por eventual descumprimento sejam aplicadas de maneira direta e eficiente ao único ente



contratual, simplificando os procedimentos administrativos e operacionais, tal como a aplicação de sanções e multas.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

- 9.29. No que tange à análise de viabilidade para adesão a uma Ata de Registro de Preços (SRP) vigente, cumpre elucidar que tal alternativa se mostra inexecutável e desvantajosa para a presente contratação, fundamentando-se em razões logísticas e de mercado preponderantes.
- 9.30. Considerando que a execução do objeto exige infraestrutura física situada obrigatoriamente no município de Dois Vizinhos - PR, conforme requisitos técnicos definidos neste estudo, a tentativa de adesão a Atas de órgãos estaduais ou de municípios vizinhos, é inócua visto que a prestação de serviços em outra localidade geraria onerosidade excessiva e incompatível com o princípio da economicidade.
- 9.31. Ademais, em prospecção realizada junto a outros entes públicos locais — notadamente a Câmara Municipal e a UTFPR (Campus Dois Vizinhos) — não foram identificadas Atas de Registro de Preços vigentes com objeto similar e saldo compatível que pudessem suprir a demanda específica dos 128 veículos da frota municipal. A inexistência de instrumentos locais passíveis de adesão (carona) reforça a necessidade de deflagração de processo licitatório autônomo.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

- 10.1. Geração de Resíduos Sólidos:
- 10.2. Contrapesos (Chumbos/Zinco): A remoção dos contrapesos antigos das rodas para a execução do novo balanceamento gera refugo de metal pesado (chumbo ou zinco), que é um resíduo perigoso com alto potencial de contaminação do solo se descartado incorretamente.
- 10.3. Consumo de Recursos:
- 10.4. Energia Elétrica: O uso contínuo de equipamentos preponderantes (elevadores, compressores, balanceadoras, alinhadoras a laser) representa um consumo de energia relevante.

Medidas Mitigadoras e Requisitos de Sustentabilidade

- 10.5. Para mitigar os impactos elucidados e harmonizar-se com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), o Termo de Referência deverá conter as seguintes exigências peremptórias:
- 10.6. Na Fase de Habilitação:
- 10.6.1. Será exigido que a licitante apresente uma Declaração de Conhecimento e Submissão às Normas Ambientais.
- 10.6.2. Neste documento, a licitante deverá ratificar que tem pleno discernimento da legislação ambiental pertinente (Lei nº 12.305/2010 - Resíduos Sólidos; Resoluções CONAMA nº 362/2005 e nº 416/2009) e



que se compromete, sob as penas da lei, a cumprir integralmente tais normas durante a execução do contrato, mormente no que tange à logística reversa e destinação de todos os refugos.

10.7. Na Fase de Execução:

10.7.1. O Termo de Referência e a Minuta de Contrato conterão cláusulas que obrigam a contratada a:

10.7.1.1. Possuir e manter válidas todas as licenças (Alvará, Licença Ambiental de Operação - LAO) necessárias à atividade de manutenção automotiva, conforme a legislação municipal e estadual.

10.7.1.2. Responsabilizar-se pela coleta, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada de *todos* os resíduos gerados (contrapesos, pneus, óleos, etc.).

10.8. Poder de Fiscalização: O fiscal do contrato poderá, a qualquer tempo, solicitar à contratada os comprovantes de destinação (Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR) ou a cópia da Licença Ambiental. A não apresentação configurará inexecução parcial do contrato, sujeitando a empresa às sanções cabíveis.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

- 11.1. Conforme elucidado na Seção 2 (Análise de Soluções) deste ETP, a opção pela Execução Indireta (terceirização) é a que melhor subsidia os resultados pretendidos pela Administração, a saber:
- 11.2. Em termos de economicidade e melhor aproveitamento financeiro, o resultado preponderante é a preservação de recursos financeiros. A administração exime-se de um investimento inicial estimado em R\$ 68.390,00 para a aquisição de equipamentos, liberando este recurso financeiro para outras finalidades.
- 11.3. O modelo harmoniza-se com o princípio do pagamento sob demanda. O Município prescinde de arcar com custos fixos, como manutenção de equipamentos, ociosidade de pessoal, salários de novos servidores, pagando apenas pelos serviços efetivamente executados e aferidos.
- 11.4. Outrossim, a própria contratação gera economicidade subsequente, ao mitigar gastos futuros com a substituição prematura de pneus e componentes de suspensão da frota de 128 veículos.
- 11.5. Em termos de melhor aproveitamento de recursos humanos, este certame ratifica o melhor uso do quadro de pessoal existente, que é indubitavelmente enxuto. A terceirização permite que o mecânico-fiscal atenda-se à sua função primordial de gestão e fiscalização de contratos, em vez de acumular a execução direta do serviço.
- 11.6. O segundo mecânico e o ajudante permanecem focados nos reparos emergenciais e preventivos básicos, eximindo a administração da necessidade peremptória de novos concursos públicos para mão de obra especializada.



- 11.7. Em termos de melhor aproveitamento de recursos materiais, o resultado pretendido é o aumento da vida útil e da disponibilidade dos recursos materiais preponderantes: a frota de 128 veículos.
- 11.8. A contratação de uma empresa especializada, com expertise e equipamentos adequados, resultará em uma manutenção mais ágil. Isso mitiga o tempo ocioso dos veículos, mormente os de serviços essenciais saúde e assistência social, garantindo que o recurso material esteja disponível para o Interesse Público.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

- 12.1. O regime de prestação de serviços a ser adotado neste certame será o de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.
- 12.2. A Administração pagará *apenas* pelos serviços efetivamente demandados, medidos e executados, conforme os preços unitários sagrados vencedores na licitação.
- 12.3. O regime permite que a Administração utilize a quantidade que for necessária, eximindo-a de pagar por serviços não utilizados e mitigando o risco de onerosidade excessiva.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. a nomeação dos fiscais foi realizada conforme decreto 22728/2025

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Deonir Caldato
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Suplente de Fiscal Administrativo	Iris Cristina Bertolini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Joel Roberto da Silva Oliveira
Fiscal Técnico:	a secretaria não dispõe
Suplentes:	Valdir Zarth

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

- 14.1. Não há.



15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024;
- III) Id do item no PCA: 2975;
- IV) Classe/Grupo: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-215/2025;

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- (x) Global

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (x) Bens e serviços comuns
(x) Serviços contínuos SEM regime de dedicação exclusiva de mão de obra

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 18.1. Não haverá exigência de garantias

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

- 19.1. Conforme todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, que subsidia tecnicamente o DFD, conclui-se pela plena viabilidade e adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
- 19.2. Este posicionamento conclusivo harmoniza-se com as seguintes evidências aferidas neste estudo:
- 19.3. A contratação é indubitavelmente necessária para subsidiar a manutenção da frota de 128 veículos leves, vans e ambulâncias, mitigando o risco de paralisação de serviços essenciais, ponderando o vencimento inopinado do contrato atual em 03 de dezembro de 2025.
- 19.4. A análise preponderante elucidou que a Execução Direta é inexecutável, em virtude de o Município não dispor de pessoal qualificado e pelo oneroso investimento inicial em equipamentos. Sendo assim, a Execução Indireta ratifica-se como a única solução que atende ao princípio da eficiência.
- 19.5. O regime de Empreitada por Preço Unitário é compatível com o Agrupamento em Lote Único, modelo que exige a administração de complexidade logística e fiscalizatória, conforme amplamente praticado por outros entes públicos.
- 19.6. O valor total estimado de R\$ 68.390,00 é compatível com os preços de mercado aferidos para os quantitativos definidos, substanciando os resultados pretendidos em termos de economicidade.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- 19.7. Ipso facto, este ETP posiciona-se conclusivamente pela plena adequação e viabilidade da contratação, recomendando o prosseguimento do certame para a elaboração do Termo de Referência.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

(x) Pregão, (x) Tradicional () SRP

Critério de julgamento:

(x) menor preço

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

(x) Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

(x) NÃO

Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios

Dois Vizinhos, 03 de dezembro de 2025.

Isac Vitor Medeiros
Matrícula Funcional 194971
Departamento de Controle de Frotas